

DISCUSSÃO NEOLIBERAL: A privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVDRD) nas paginas do jornal imparcial e jornal pequeno¹

JOSIEUDER SILVA PEREIRA²

Tomando como análise teórica A Teoria do Estado Ampliado do Filósofo Italiano Antônio Gramsci, para melhor entendimento do posicionamento institucionais desses jornais (O Imparcial e o Jornal Pequeno). A Companhia Vale do rio Doce entrou no programa de desestatização no ano de 1995 e foi leiloadada no dia 07 de Maio de 1997. Foi a empresa desse programa que mais arrecadou capital com o intuito de sanar a dívida publica, cerca de R\$ 3,8 bilhões. Essa venda não se deu de forma tranquila. Assim, os objetivos principais serão compreensão do processo de consolidação do neoliberalismo e os discursos de privatizações CVRD enfatizados nos impressos maranhenses. Identificando como se deu o processo de privatização da Vale. E comparar o posicionamento desses impressos sobre esse tão conturbado momento da politica economica brasileira.

Palavras-Chaves: **Imprensa, Maranhão, Privatização, Neoliberalismo.**

¹ Texto produzido para a publicação dos anais do evento IV |simpósio de História Contemporânea/ I Colóquio de História das Américas do Norte e Nordeste.

² Graduado em História Licenciatura pela Universidade estadual do Maranhão (UEMA) e membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC)

1. INTRODUÇÃO

É de suma importância à compressão do posicionamento de dois dos maiores jornais de circulação no Maranhão, o jornal Pequeno e o jornal o Imparcial sobre o processo de privatização de uma estatal brasileira no território maranhense. Por isso, esse trabalho pretende contribuir para entender sobre esse processo nesses impressos e para desenvolver um nexo entre a historiografia brasileira e historiografia maranhense.

O jornal o Imparcial é o jornal de segunda maior circulação no estado do Maranhão. O jornal Pequeno é o jornal que tem a terceira maior circulação no estado. A utilização desses impressos foi importantíssima no processo de privatizações da CVRD, noticiando imensas reportagens sobre esse acontecimento. Assim, é relevante entender o posicionamento institucional desses dois grandes jornais no processo de consolidação do neoliberalismo no estado do Maranhão. Sobretudo, na privatização da Vale.

Tomarei como análise teórica, para melhor entendimento do posicionamento institucional desses jornais (o Imparcial e jornal Pequeno), a Teoria do Estado Ampliado do Filósofo Italiano Antônio Gramsci. Na sua concepção o Estado em sentido Ampliado é dividido entre Sociedade Política ou “sentido restrito” e Sociedade Civil. E transitando entre a Sociedade Política e Sociedade Civil estão os Intelectuais Orgânicos, que são responsáveis pela elaboração de um Projeto que venha se tornar Hegemônico. E no seio dessa Sociedade Civil estão os aparelhos Privados de Hegemonia, e Contra Hegemonia, um desses aparelhos que será analisado nesse trabalho é a Imprensa. Segundo Gramsci, esses aparelhos são utilizados para a organização da vontade coletiva.

Neste caso, o jornal o Imparcial, poderia estar “garantindo” ou não a perpetuação hegemônica do processo de consolidação do neoliberalismo no estado, tendo como umas das diretrizes principais a privatização e a reforma do estado. O jornal

Pequeno neste caso estava funcionando dentro dessa Sociedade Civil, em um movimento de contra hegemonia, pois estava contrário ao projeto de privatização.

No decorrer do trabalho, serão lidas linhas teóricas de cunho, Historia do Tempo Presente, Historia Politica e História Economica, para assim, termos uma maior compreensão a respeito das relações entre a Sociedade e o Estado, sobretudo, a relação de poder entre ambas as estruturas.

Esse trabalho tem como objetivo principal analisar o processo de consolidação do neoliberalismo no Maranhão, no que desencadeou o movimento das privatizações das empresas publica do estado, tendo como foco principal a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, que é o objeto central desse trabalho. Tal venda se deu no período em que o Maranhão era governado por Roseana Sarney no ano 1997. Em que a mesma poderia estar usando, ou não, tal processo como estratégia política para permanecer a frente do estado Maranhão, com o discurso do “novo”, do” moderno” e principalmente do “novo tempo”.

O processo de consolidação do neoliberalismo no Maranhão foi concretizado com as privatizações das estatais maranhenses, principalmente, a antiga Companhia Vale do Rio Doce, hoje apenas Vale, esse é um projeto do governo Federal, que a frente tinha Fernando Henrique Cardoso, por isso, um projeto de âmbito federal pode está ligado ao projeto de âmbito estadual no Maranhão.

Será usado como fonte documental para possibilitar uma maior compreensão dessa abordagem, os jornais de maiores circulação no estado, o Imparcial e o jornal Pequeno, no ano em que a CVRD foi leiloada (1997). E também os periódicos no período em que o estado foi governado por Roseana Sarney, mais especificamente entre os anos de 1995/1998. Todavia, serão privilegiadas as discussões acerca da (re)estruturação das políticas públicas no âmbito político e econômico.

No encaminhar da pesquisa nos impressos maranhenses, serão selecionados os impressos que poderão ser utilizados no entendimento desse momento tão importante da administração estadual da governadora Roseana Sarney (1995-1998). Privilegiando leituras sobre a historiografia no que tange os processos de consolidação do neoliberalismo no Brasil e no Maranhão. Assim, contribuir para a construção da historiografia no Maranhão, sobretudo com ênfase em Historia do Tempo Presente, e o

processo de consolidação das políticas neoliberais implementadas no Brasil, mas especificamente, entender como se deu esse processo no Maranhão, que acarretou diretamente no movimento da privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

2. O TEMPO PRESENTE, JORNAL COMO FONTE E O ESTADO AMPLIADO DE GRAMSCI.

A privatização da CVRD insere-se metodologicamente no campo da História do Tempo Presente, pois, tal fato ocorreu nos anos noventa do século passado e, todavia, é um campo que merece um maior aprofundamento. Lucilia de Almeida Neves Delgado (2013), o estudo da História do Tempo Presente, que durante tanto tempo foi objeto de resistências e interdições, entrou na ordem do dia no Brasil, não só como objeto de pesquisa acadêmica, mas também como um tema desafiador para os historiadores, do ponto de vista ético e político.

O estudo da História do tempo presente é um processo de longa construção, pois, não é fácil escrever sobre o tempo “vivido” sem recair em enfadonhos momentos quem trazem a tona a sua própria memória sobre o fato. Para efeito de problematização o historiador deve ter a máxima atenção epistemológica no ato de escrever sobre o Tempo Presente. Fazer assim, questionamentos contundentes e qualitativos no ato da pesquisa histórica sobre o “fazer” História do Tempo Presente.

A escrita da História do Tempo presente é algo que o historiador deve ter se atentar para os momentos propícios de onde se fala, principalmente, quando é um fato recorrente, do qual o historiador presenciou. Portanto, tem que haver uma criticidade tanto subjetiva quanto objetiva de onde se fala. Por isso segundo Maranhão Filho o historiador deve ter cuidado por muitas vezes ser testemunha e historiador, ele deve buscar a objetividade como historiador e identificar as peculiaridades da “verdade” do tempo vivido, portanto;

A escrita do tempo presente deve ser identificada não como a expressão de um sujeito, mas como um lugar no qual a subjetividade ensaia e experimenta a si mesma em relação à exterioridade e estranheza, e identificar isto tem muita relevância especialmente pelo

vinculo que se forma com a própria concepção de verdade (MARANHÃO FILHO, 2009, p.144)

Monica Piccolo (2010) a “História Contemporânea outros pontos polêmicos marcam o desenvolvimento de uma História do Tempo Presente”, os postos essenciais que marcam o desenvolvimento do estudo sobre a História do Tempo Presente é;

O abandono da noção do passado como imóvel, estático, pronto e acabado, encontrando-se petrificado somente esperando o momento que será ressuscitado, trazido à vida pela sapiência e erudição do historiador, e o entendimento e definição do presente e seus limites cronológicos (PICCOLO, 2010, p.36).

Para a autora, o historiador ao adentrar nas vicissitudes do estudo sobre História do Tempo Presente deve ter uma atenção erudita com cuidados que levem ao entendimento dos limites do enfrentamento do estudo categórico do presente, em que, essas “categorias passam, fundamentalmente, por um novo entendimento e, por consequência, uma nova abordagem em torno de questões que já se encontravam presentes no *métier* historiográfico” (MONICA 2010).

Dentro da lógica do Tempo Presente que vem ganhando notoriedade com novas abordagens e novas pesquisas, podemos destacar a relação com a construção história com o uso do jornal como fonte, principalmente, com os estudos sobre a ditadura militar no Brasil. Assim, com essa aproximação entre o tempo presente e o uso do jornal como fonte, pode em muito contribuir para a construção historiográfica.

Desse modo, para podermos ter uma noção sobre a privatização da Vale que ocorreu em 1997, é necessário a compressão dos jornais como fonte histórica, até mesmo entender como esses periódicos agem na sociedade. Assim;

A imprensa é porta voz das elites, o jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos. Pequenos periódicos ligados as classes trabalhadoras. Os meios de comunicações tendem a desviar as vistas dos leitores para planos e ângulos convenientes aos dominantes. Manipulações de visões, com objetivo de lucro ou ideologias impedindo que os interesses dos menos favorecidos sejam

atendidos. A imprensa resgata, comenta e participa da história, batalha pela conquista de corações e mentes. (CAPELATO, p.15, 1987)

Para Capelato os periódicos podem agir dentro da sociedade como um porta voz cheio de interesses de uma classe. E que, portanto, essa voz pode ser usada como meio de propagar ideologias da classe dominante, em que essa classe domina “as mentes e os corações” da sociedade. Portanto, os impressos podem ter sido usados como peça essencial no embate de privatização da CVRD.

Assim para Gramsci, em sua concepção o Estado em sentido Ampliado é dividido entre Sociedade Política ou “sentido restrito” e Sociedade Civil. E transitando entre a Sociedade Política e Sociedade Civil estão os Intelectuais Orgânicos, que são responsáveis pela elaboração de um Projeto que venha se tornar Hegemônico. E no seio dessa Sociedade Civil estão os aparelhos Privados de Hegemonia, e Contra Hegemonia, um desses aparelhos que será analisado nesse trabalho é a Imprensa. Segundo Gramsci, esses aparelhos são utilizados para a organização da vontade coletiva.

Para Gramsci as utilizações desses aparelhos servem para garantirem a hegemonia de determinado projeto, ou até mesmo que um novo projeto se torne hegemônico. E inserido dentro desses aparelhos – ou não - estão os Intelectuais Orgânicos que transitam entre a Sociedade Política e Sociedade Civil, onde os mesmos tem o objetivo de nacionalização de determinados projetos, que será destacado nesse trabalho é a imprensa, ou seja, os impressos maranhenses de maior circulação.

3. UMA BREVE DISCUSSÃO NEOLIBERAL NO GOVERNO ROSEANA SARNEY E A CVRD

O neoliberalismo é uma doutrina econômica que procura adaptar o liberalismo tradicional às condições do capitalismo moderno, prega que a vida econômica é regida por uma “ordem natural”, cujas molas são as decisões individuais e o mecanismo dos preços. Portanto, Sonia de Regina Mendonça apresenta;

O neoliberalismo ganhara força no mundo capitalista no decorrer dos anos 1980. Na visão dos seus defensores, a economia deveria ser

deixada ao sabor das “livres forças do mercado”, este sim convertida em “entidade suprema” do capitalismo em transformação desde a crise do Petróleo da década de 1970(...) o receituário neoliberal baseia-se em três diretrizes centrais: o princípio da não-intervenção do Estado na economia (ou estado-Mínimo), a redução dos gastos públicos e a privatizações de empresas estatais (MENDOÇA, 2004, p. 106-107).

Assim, as políticas econômicas adotadas pelo governo do estado do Maranhão no período de 1995-1998, que tinha a sua frente à governadora Roseana Sarney, foi incorporando ao seu governo princípios da política econômica neoliberal, que um dos seus receituários, prega a privatização das empresas públicas, para assim diminuir os gastos públicos e aumentar o índice de crescimento, portanto, foi nesse discurso do receituário neoliberal que a governadora começou o processo de privatização das empresas públicas do Maranhão, um projeto de âmbito federal, que concomitou com a venda da Companhia Vale do Rio Doce.

No desenrolar desse processo neoliberal no Maranhão, Zulene Barbosa, fala que o emaranhado das políticas adotadas pelos governos de José Sarney de 1965-1979 e o da Roseana Sarney, usando o “Novo” como discurso, principalmente, enfatizadas na mídia, não passaram de estratégias políticas para a perpetuação e manutenção desse grupo no cenário central da política no Maranhão, e uma dessas estratégias está o receituário neoliberal adotado pela governadora Roseana Sarney no seu discurso da modernidade, reforma do estado e do “Novo Tempo”.

O governo da Roseana Sarney agregou os elementos econômicos políticos e ideológicos da política neoliberal, articulando-se ao novo padrão de dominação desenvolvido no Brasil, para cuja implementação foi importante as políticas iniciadas no governo Fernando Collor e aprofundado no governo de Fernando Cardoso, (1994 e 1998). (BARBOSA, p. 7, s/d)

Protagonizando o “Novo Tempo”, o governo de Roseana Sarney seguiu estritamente o receituário da política desenvolvida no âmbito federal. E, portanto, a privatização e a racionalidade da gestão estatal constituíram-se no lado “racional” de

seu governo, porque é necessário evitar o desperdício e alocar eficazmente os recursos públicos e humanos.

Podemos destacar, sobre esse processo de implementação e consolidação do neoliberalismo, Sergio Cabral da Costa. Em que os discursos usados pela oligarquia “sarneyistas” de perpetuação no poder dentro da política maranhense é de uma variante da política econômica neoliberal, e que as características marcantes dessa oligarquia era, sobretudo, a defesa da modernização capitalista da economia maranhense.

Segundo Wagner Cabral, o governo estadual tem procurado programar algumas medidas do receituário neoliberal, tais como, a tentativa de doação fraudulenta (disfarçada de “privatização”) do Banco do Estado, a reforma administrativa (com ênfase na criação das gerências regionais), e o apoio à grande agricultura de exportação (em detrimento da agricultura familiar).

A Vale do Rio Doce foi criada durante a Segunda Guerra Mundial, para cobrir a procura da Inglaterra e dos EUA por minérios de ferro para a fabricação de armas. Nos chamados “Acordos de Washington”, firmados no dia 3 de março de 1942, nos EUA, o governo britânico se dispunha a transferir ao governo brasileiro o controle das jazidas de minério de ferro pertencentes à Itabira Iron Ore, substituída pela Vale. E o governo estadunidense se comprometia a um financiamento no valor de 14 milhões de dólares.

Na década de 50, o governo brasileiro assumiu o controle definitivo do sistema operacional da Vale do Rio Doce. Nos anos 70, a companhia se tornou a maior exportadora de minério de ferro do mundo e foi levada pelo governo brasileiro ao Norte do país. Em 1995, a CVRD foi considerada pelo Instituto Brasileiro de Economia a primeira empresa no ranking nacional.

Está presente em 13 Estados brasileiros: Pará, Maranhão, Tocantins, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. E ainda, em 16 países: África do Sul, Angola, Argentina, Austrália, Chile, China, Estados Unidos, França, Gabão, Índia, Japão, Moçambique, Mongólia, Noruega, Peru e Suíça. Durante 55 anos a Vale do Rio Doce foi uma empresa mista e o seu controle acionário pertencia ao Estado brasileiro. Desde 1984, a privatização da estatal já era cogitada e alvo de muitas discussões. Segundo Severo

Gomes⁵, já na década de 80 o imenso complexo da Vale do Rio Doce, agente fundamental no processo de desenvolvimento brasileiro, esteve a ponto de ter seu controle transferido para grupos privados, através de uma bem sucedida operação que foi abortada nos últimos momentos.

Em 1990, por meio do Decreto nº 1510, o então presidente da República Fernando Collor de Melo criou o Programa Nacional de Desestatização (PND). Anos depois, em 1997, o presidente Fernando Henrique Cardoso, seguindo à risca os planos de privatizações, incluiu a Companhia Vale do Rio Doce no PND, deixando a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) organizar o processo de privatização por meio de um leilão na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

O argumento do governo foi, entre outros, a ausência de recursos livres do Estado para realizar tarefas típicas na promoção da educação básica, saúde, segurança pública, saneamento e habitação. Outro argumento era de que a Vale não conseguia fazer investimentos necessários para aumentar sua produtividade e obter maior taxa de retorno sobre o capital investido e que ela vinha perdendo capacidade de dar respostas adequadas às crescentes exigências dos mercados em que atuava.

Finalmente, com a privatização, a Companhia seria capaz de continuar a cumprir papel relevante no novo ciclo de crescimento do país, gerando riquezas e impostos, desenvolvimento tecnológico, aumento de exportações, novas oportunidades de emprego e atração de investimentos de longo prazo. Outra razão alegada pelo governo, e essa com mais força, foi que o Estado já não teria condições de administrá-la e, ao vendê-la, o governo amortizaria uma parte da dívida pública interna e externa.

Um dos autores que podemos destacar sobre a privatização da Vale do Rio Doce que é o tema central do projeto é Monica Piccolo onde ela apresenta dados que afirmam que a venda da Companhia Vale do Rio Doce foi a empresa vendida que mais arrecadou fundos para os cofres públicos. Todavia, essa privatização foi a mais importante tanto em âmbito nacional como estadual.

Das empresas vendidas em 1997, a que garantiu a maior arrecadação foi a Companhia Vale do Rio Doce. Da totalidade de recursos adquiridos com as privatizações, 87% provieram da venda da maior siderúrgica do país.

Se não por esse percentual, a privatização da Vale também assume destaque pelo fato de ter sido o único caso em que houve transferência de dívida pública para a iniciativa privada. Do montante final arrecadado em 1997, 44% foram representados por transferência de dívidas na privatização da empresa. (PICCOLLO, 2010, p. 336).

4. A PRIVATIZAÇÃO DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE (CVRD) NAS PAGINAS DO JORNAL IMPARCIAL E JORNAL PEQUENO

4. 1. JORNAL PEQUENO

A análise dos jornais Pequeno e o Imparcil no processo de consolidação da venda da Vale são de grande relevância para o entendimento dessa venda, para poder (des) naturalizar interpretações que estão em um campo “vazio” da historiografia maranhense. Os dois jornais reagiram com destaque sobre esse ocorrido, onde os mesmos naturalizavam reportagens imensas de como estava sendo as diversas reações sobre tal acontecimento. E nesse processo havia varias mobilizações contra essa venda ate mesmo a favor do leiloamento da vale. Podemos destacar os jornal Pequeno.

É de autoria do advogado e procurador do município Vagner Lago, a primeira ação popular contra a venda da Companhia Vale do rio Doce (CVRD). Ele protocolou a documentação ontem dia 25 ás 10h, na Justiça Federal do Estado do Maranhão, que duas horas depois recebeu semelhante patrocinada por parlamentares e lideranças Sindicais. “Devemos buscar todos os recursos que visem impedir que esse rico patrimônio do povo brasileiro seja entregue a conglomerados econômicos nacionais ou estrangeiros apenas para atender os interesses do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC)”. Afirma Vagner Lago. (Jornal Pequeno, 26/04/1994).³

A venda da Companhia Vale do Rio Doce foi um processo conturbado e que não ocorreu sem que houvesse resistência por parte da sociedade, principalmente, das

³ Ação popular contra a venda da vale. Jornal pequeno, 26 de abril de 1997.

camadas populares e de lideranças sindicais. Podemos perceber que o jornal pequeno está dando ênfase para essa resistência, em que os anseios populares não estão em questão com a venda dessa empresa e sim os interesses políticos e econômicos da classe dominante, querendo continuar hegemônica no poder consolidando seu projeto político. A consolidação do neoliberalismo por meio da privatização da CVRD.

Neste caso o jornal pequeno está agindo dentro da sociedade civil como um aparelho contra-hegemônico, pois está vinculando reportagens sobre os anseios populares contrários a venda da Vale, ou seja, contrariando o projeto que está construindo como hegemônico.

O leilão da Companhia Vale do Rio Doce ocorreu em 07 de maio de 1997, e vários jornais maranhenses destacaram esse ocorrido, mas a ênfase desse trabalho é apresentar o enfoque do jornal pequeno e o Imparcial. Portanto vamos enfatizar no jornal pequeno tal enfoque apresentado a seguir:

Manhã tensa na porta da bolsa de valores do Rio de Janeiro. Desde cedo os protestos contra a venda da Companhia Vale do Rio Doce transformaram o centro do rio num campo de batalha. Manifestantes e policiais se enfrentaram com bombas e pedras. Mais de 800 homens, com apoio de cães, da cavalaria e do brucutu, um carro usado para dispensar manifestantes. Foi esse o superesquema de segurança que isolou a Bolsa de Valores no Centro do Rio, numa estratégia da Polícia para evitar acontecimentos como o de anteontem à noite, quando manifestantes conseguiram furar o bloqueio e acabaram entrando em choque com a PM. (Jornal Pequeno, 06/05/1997)⁴

Na concepção gramsciana dentro da sociedade política ou “estado restrito” o projeto pode vir a se tornar hegemônico com o consenso ou com o uso da força. Dentro da sociedade política existem os aparatos repressivos que servem como o exército e a polícia que agem como aparelhos repressivos ou não.

Assim, dentro dessa reportagem enfocada no jornal pequeno, podemos destacar os aparatos repressivos do estado no sentido restrito com o uso da força para a manutenção do projeto que está sendo hegemônico a privatização da Companhia Vale do Rio doce,

⁴ **Venda da vale provoca tumultos e sangue no país inteiro.** Jornal Pequeno, 06 de maio de 1997.

mesmo havendo resistência por parte da sociedade civil por meio de um aparelho de contra hegemonia, o jornal Pequeno, contrario a essa privatização, nada adiantou, pois o projeto foi assegurado por meio da coerção.

Grosso modo, a Companhia Vale do Rio Doce foi leiloada no dia 07 de maio de 1997, e jornal pequeno da ênfase para a concretização dessa estatal.

Concretizada a venda da Companhia Vale do Rio Doce. O BNDES, responsável pelo processo de privatização, já recebeu o cheque de pagamento; o maior valor já emitido na história econômica do Brasil: 3 bilhões, 199 milhões, 974 mil, 496 reais. Foi o quanto custou a liquidação financeira da Vale do Rio Doce. O valor corresponde a 40% das ações no leilão, que pertenciam à União. Os outros 139 milhões de reais foram depositados nas contas dos acionistas minoritários que também venderam as ações no leilão. (jornal Pequeno, 07/05/1997).⁵

Podemos perceber que com a concretização da venda da Vale o projeto da privatização foi assegurado e se tornou hegemônico. O jornal pequeno ressalta a quantia que a Vale foi vendida quase R\$ 3 bilhões e 200 milhões de reais. E que o responsável pela concretização da venda foi um aparato dentro da sociedade política, ou seja, o “Estado no sentido restrito” percebemos, o quanto o aparato estatal age para concretizar o projeto que vem a se tornar hegemônico.

4. 2. O IMPARCIAL

Nos tramites legais da venda da vale o jornal imparcial não ficou por fora desse grande acontecimento econômico que ocorreu no Brasil, a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Forma reportagens imensas sobre esse ocorrido tão importante da história econômica do Brasil. Como o próprio jornal destaca:

O governo marcou o leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce para amanhã, a partir das 10 Horas, anunciou ontem à noite o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Rio. A esperança é a de que em algumas horas o ministro do Superior Tribunal de Justiça

⁵ **Concretizada a venda da Vale.** Jornal Pequeno, 07 de maio de 1997.

(STJ), Demócrito Ramos Reinaldo, examine na sexta-feira as informações complementares que pediu a Advocacia Geral da União (AGU). (jornal Imparcial, 03/04/1997)⁶

Desde quando foi anunciado que a CVRD seria privatizada ocorreram vários conflitos na sociedade brasileira, e vários veículos de comunicação enfatizam isso em suas manchetes diárias. Em contra partida o jornal imparcial estava dando mais ênfase a ação do governo FHC para que se concretizasse o projeto de privatização dessa estatal.

O governo federal estava jogando tudo para que ocorresse logo tal privatização. Como o próprio imparcil destaca que o governo ficava se “aliando” com a alta cúpula do judiciário, para que o mesmo desse causa ganha contra as liminares contrario a venda da Vale, assim, pedindo urgência para o ministro do STJ por meio da AGU para examinar os tramites dessa privatização. Vemos nesse processo o “estado restrito” usando seus aparatos estatais para tornar tal projeto de privatização hegemônico.

É interessante perceber como esse aparelho estava agindo dentro da sociedade civil, onde o mesmo destaca um certo alinhamento com o “estado restrito”, quando tal jornal enfoca que a reportagem “**consórcio perde muito dinheiro com o atraso**” do leilão da Vale.

O custo do atraso do leilão de privatização da Vale do Rio Doce para o Consórcio Brasil é de, no mínimo, US\$ 180 mil por dia. Esses cálculos forma feitos com base no financiamento concedido pelo Nations Bank, de US\$ 1,2 bilhão, ao consórcio liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) para disputa o controle da estatal. (Jornal Imparcial, 30/04/1997)⁷

Na tocante reportagem o jornal Imparcial, apresenta sua preocupação com o capital privado e não com a sociedade brasileira. Enfatizando que o consórcio esta perdendo dinheiro com o atraso do leilão da Vale do rio Doce. Neste trecho podemos perceber que o jornal está atrelado à uma fração de classe, o empresariado, tomando como fundamentação teórica de Capelato, onde ela apresenta que o jornal é “ o porta voz das

⁶ **Governo marca leilão da Vale para amanhã e vai jogar tudo.** Jornal Imparcial, 03 de abril de 1997.

⁷ **Consórcio perde muito dinheiro com o atraso.** Jornal Imparcial, 30 de abril de 1997.

elites”, neste caso o jornal Imparcial está sendo um porta voz dessa elite econômica que à frente da compra da Vale do rio Doce, apresentando que tal fração de classe está perdendo dinheiro com esse atraso, mas, e o estado também não está perdendo com a concretização dessa grande estatal?

Quando a Vale do Rio Doce foi vendida no dia 07 de maio, esta foi a maior transação econômica da história do Brasil, esse fato foi noticiado pelo Brasil inteiro, o jornal Imparcial foi um grande impresso que noticiou esse ocorrido, onde o mesmo destaca uma imensa reportagem sobre esse dia histórico. **“Vale é vendida a Consórcio CSN”**

Em um leilão dramático e extenuante, o governo vendeu ontem o controle da Companhia Vale do Rio Doce, a maior mineradora de ferro do mundo. O consórcio Vale-par, liderado pela Companhia Vale do Rio Doce, arrematou o controle das Vale por R\$ 3. 338. 178. 240, com ágio de 19.99% sobre o preço mínimo. Do total apurado, o governo ficará com cerca de R\$ 3,2 bilhões, aproximadamente R\$ 532,8 milhões acima da mínima esperada (R\$ 2,667 bilhões). (Jornal Imparcial, 07/05/1997).⁸

Notoriamente percebemos o enfático “apoio” do jornal Imparcial na questão de acúmulo de capital do governo com a venda da Vale do Rio Doce, de que, o governo arrecadou mais do que o “esperado” com o Leilão da Vale do Rio Doce. Nitidamente, o impresso está enfatizando a concretização do projeto hegemônico como a melhor solução para a sociedade brasileira e, também tal jornal está atrelado como porta voz da classe dominante.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A privatização da Vale do Rio doce foi a maior venda de uma estatal brasileira do século 20. É uma problemática que merece atenção e muitos estudos sobre o caso, por isso, é de grande relevância entender o posicionamento do jornal pequeno e do imparcial sobre esse grande acontecimento, a maior transição econômica do século passado. Assim, o estudo da História do Tempo Presente é importante, pois ajuda a construir momento recente e importante da sociedade brasileira.

Todavia, podemos perceber que o jornal O Imparcial, ora funcionou como um Aparelho privado de Hegemonia, pois, foi utilizado no processo de privatização, não

⁸ **Vale é vendida a Consórcio CSN.** Jornal Imparcial. 07 de maio de 1997.

apenas da VALE, como das estatais maranhenses, ora estava contra, especificamente contra a venda da VALE. Mas, não descaracteriza que esse projeto vir a se tornar hegemônico, e o mesmo jornal estava funcionando como um partido que no caso estava organizando uma vontade coletiva.

E o Jornal Pequeno estava sendo nesse processo de privatização da Vale do Rio Doce e das outras estatais maranhense como um aparelho contra-hegemônico, pois estava apresentando argumentos contrários ao projeto que viria ser hegemônico. Neste caso o movimento de privatizações, sobretudo, a privatização da Companhia vale do rio doce.

6. REFERÊNCIAS

Jornal imparcial (03/04/1997)

Jornal imparcial (30/04/1997)

Jornal imparcial (07/05/1997)

Jorna pequeno (26/04/1997)

Jornal pequeno (06/05/1997)

Jornal pequeno (07/05/1997)

ANDERSON, Perry. **Balanco do Neoliberalismo**. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo. Pós-neoliberalismo: as politicas sócias e o Estado democrático. Rio de Janeiro. Paz E Terra, 1995.

BARBOA, Zulene Muniz. **As “temporalidades” da Política no Maranhão**. Disponível em: <HTTP://WWW.fundaj.gov.br/imagens/stories/observanordeste/barbosa2.pdf>

CAPELATO, Maria Helena Rolin. Imprensa e História no Brasil – SP: Contexto/EDUSP, 2ª edição: 1994.

COSTA, Wagner Cabral da. **Novo tempo/Maranhão novo quais os tempos da oligarquia?**. Disponível em

<HTTP://WWW.fundaj.gov.br/imagens/stories/observanordeste/cabral2.pdf>

COSTA, Wagner Cabra (1997) **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”. A**

Trajectoria da Oligarquia Sarney, (Mimeog.).

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Vol, 03. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Historia do Tempo Presente: desafios. IN: **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, nº 3, p, 111-124, maio/jun. 2000.

GOMES, Ilse (2001) **Participação popular e reforma do Estado brasileiro: tensões e contradições**. Tese de Doutorado. São Paulo, PUC /SP.

GONÇALVES, Maria de Fátima da C. **INVENÇÃO DE UMA RAINHA DA ESPADA: Reatualizações e embaraços da dinâmica politica do Maranhão dinástico**. Tese de Doutorado em Políticas Publicas apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Publicas pela Universidade Federal do Maranhão. São Luis, 2006.

MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Para uma História do Tempo Presente: um ensaio de nós mesmos. IN: **Revista catarinense de História**, Florianópolis, n. 17, p. 137-151, 2009.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **A Industrialização brasileira**. São Paulo: Editora: Moderna, 2004.

RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

PICCOLO, Monica. **REFORMAS NEOLIBERAIS NO BRASIL: A Privatização nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso**. Niterói: Tese de Doutorado, 2010.